



EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE SAÚDE E FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO

CONCURSO DE ADMISSÃO/2022
PARA MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR/2023 E
NO CURSO DE FORMAÇÃO DE CAPELÃES MILITARES/2023

005. PROVA OBJETIVA

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR

ÁREA: DIREITO

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Certifique-se de que a letra referente ao modelo de sua prova é igual àquela constante em sua folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições.
- Caso haja alguma divergência de informação, comunique ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **03**.

Nossa relação com os animais repete, de maneira invertida, os cuidados que recebemos na primeira infância. Nós também fomos, no início, dependentes, desamparados e estávamos nas mãos de uma figura prestativa e generosa, mas que tinha todo poder sobre nós. Nossa capacidade de sentir piedade vem daí. A irresistível combinação de piedade, simpatia e acolhimento que a imagem de um animal *fofinho* desperta em nós, também. Contudo, esse é um amor de baixa qualidade e de grande aptidão à dispersão quando falamos em um projeto de longo prazo. Animais de estimação são como filhos. Mas filhos que não crescem, não resistem para ir à escola, não reclamam por autonomias adolescentes nem vão embora para a faculdade e se casam, deixando-nos para trás.

Com os animais de estimação cada um revive a forma de amar e ser amado que Freud descreveu como narcisismo. Nele, confunde-se o amar o outro e o amar-se a si mesmo através do outro. E muitas vezes essa confusão se infiltra e atrapalha decisivamente a vida dos casais. Quando alguém declara que ama os cães a ponto de ter dois ou sete deles em casa, isso não representa nenhuma contradição com o ato de maltratá-los. Tudo depende da qualidade do laço que se estabelece nesse amor.

Quando amamos nossos cães, nossos filhos ou nossas mulheres *como a nós mesmos*, podemos chegar a maltratá-los da pior maneira. Daí a importância de amar o outro conferindo algum espaço para o fato de que ele é um estranho, alguém diferente de mim. O amor não é garantia nem de si mesmo nem do desejo que ele deve habilitar. Isso vai aparecer na relação com os animais, como uma espécie de raio x das nossas formas de amar. Quem trata seus animais como uma parte de si mesmo, humanizando-os realmente como filhos, chamando-os de nenês, por exemplo, pode estar indicando uma forma mais simples e narcísica de amar.

(Christian Dunker, *Reinvenção da intimidade – políticas do sofrimento cotidiano*. Adaptado)

01. De acordo com o texto, é possível afirmar que

- (A) é mais simples amar pessoas do que animais de estimação, pois estes podem ser muito agressivos.
- (B) o modo como alguém se relaciona com seus animais de estimação pode revelar o modo como ama as pessoas.
- (C) quando tratamos os animais de estimação como se fossem crianças, tendemos a cuidar melhor deles.
- (D) diferentemente do amor que nutrimos por animais de estimação, o amor pelos filhos tende a ser narcisista.
- (E) aqueles que conseguem amar pessoas diferentes de si apresentam maior capacidade de empatia e afeição.

02. Assinale a alternativa cujo trecho reescrito está de acordo com a norma-padrão de pontuação e crase.

- (A) Em relação à animais de estimação, cada um, revive a forma de amar e ser amado...
- (B) Nossa relação, com os animais repete, de maneira invertida, os cuidados ofertados à nós...
- (C) Contudo, esse é um amor, de baixa qualidade e de grande aptidão à se dispersar...
- (D) Daí a importância de amar, o outro, dando à ele, algum espaço, para à realidade de ser um estranho...
- (E) E, muitas vezes, essa confusão se infiltra e causa prejuízos à vida dos casais.

03. Assinale a alternativa que apresenta concordância verbal de acordo com a norma-padrão.

- (A) Confundem-se, no narcisismo, o amar o outro e o amar-se a si mesmo.
- (B) Existe entre as pessoas laços de afeto de diferentes qualidades.
- (C) Uma figura prestativa e generosa cuidaram de nós no início da vida.
- (D) É comum haverem animais tratados pelas pessoas como seres humanos.
- (E) Com os animais de estimação, uma forma de amar e ser amado são revividas.

Leia o texto para responder às questões de números **04** a **06**.

Estamos sempre em contato com nossos sentimentos, mas a parte complicada é que nossas emoções e nossos sentimentos não são a mesma coisa. Tendemos a confundi-los, mas sentimentos são estados subjetivos internos que, falando em sentido estrito, são conhecidos apenas por aqueles que os possuem. Conheço meus sentimentos, mas não conheço os seus, exceto pelo que você me conta sobre eles. Nós nos comunicamos sobre nossos sentimentos pela linguagem. Emoções, por outro lado, são estados corporais e mentais – a raiva, o medo, a afeição, bem como a busca de vantagens – que movem o comportamento. Desencadeadas por certos estímulos e acompanhadas de mudanças comportamentais, as emoções são detectáveis externamente na expressão facial, na cor da pele, no timbre da voz, nos gestos, no odor e assim por diante. Somente quando a pessoa que experimenta essas mudanças toma consciência delas é que elas se tornam sentimentos, que são experiências conscientes. Mostramos nossas emoções, mas falamos sobre nossos sentimentos.

(Frans de Waal, *O último abraço da matriarca: as emoções dos animais e o que elas revelam sobre nós*.)

04. De acordo com o texto, é possível afirmar que

- (A) a intensidade dos sentimentos depende do domínio da linguagem verbal.
- (B) tanto emoções quanto sentimentos são passíveis de expressão.
- (C) emoções fortes, como raiva e medo, são facilmente verbalizadas.
- (D) as atitudes de uma pessoa desencadeiam emoções distintas.
- (E) os sentimentos apresentam um caráter menos sutil do que as emoções.

05. No trecho – Estamos **sempre** em contato com nossos sentimentos... –, a expressão em destaque tem a mesma função sintática do que se destacou em:

- (A) ...nossas emoções e nossos sentimentos não são a **mesma coisa**.
- (B) ...quando a pessoa que experimenta essas mudanças toma consciência **delas**...
- (C) ...não conheço **os seus**, exceto pelo que você me conta sobre eles.
- (D) ...falando **em sentido estrito**, são conhecidos apenas por aqueles que os possuem.
- (E) Tendemos a confundi-**los** ...

06. Assinale a alternativa em que os trechos – Conheço meus sentimentos... – e – ...que movem o comportamento. – foram reescritos de acordo com a norma-padrão de colocação pronominal.

- (A) Conheço-os ... que lhe movem.
- (B) Os conheço ... que movem-no.
- (C) Conheço-os ... que o movem.
- (D) Conheço-lhes ... que o movem.
- (E) Lhes conheço ... que movem-no.

Leia o texto para responder às questões de números 07 e 08.

Os poemas são pássaros que chegam
não se sabe de onde e pousam
no livro que lê.
Quando fechas o livro, eles alçam voo
como de um alçapão.
Eles não têm pouso
nem porto
alimentam-se um instante em cada par de mãos
e partem.
E olhas, então, essas tuas mãos vazias,
no maravilhado espanto de saberes
que o alimento deles já estava em ti...

(Mario Quintana. *Rua dos Cataventos & outros poemas*)

07. No verso – Os poemas são pássaros que chegam – há

- (A) uma personificação.
- (B) uma ironia.
- (C) uma metonímia.
- (D) um paradoxo.
- (E) uma metáfora.

08. Passando-se as formas verbais em destaque nos versos – no livro que **lê**s / Quando **fechas** o livro, eles alçam voo – para a primeira pessoa do plural, tem-se, respectivamente:

- (A) líamos e fechamos.
- (B) lermos e fechamos.
- (C) lemos e fechamos.
- (D) líamos e fecharem.
- (E) lemos e fecham.

HISTÓRIA DO BRASIL

09. À medida que se tornava cada vez mais aparente a insuficiência do projeto dos aldeamentos enquanto forma de suprir a força de mão de obra, os colonos passaram a intensificar outros meios de recrutamento de índios para os seus serviços. A partir da década de 1580, a despeito das restrições impostas pela legislação portuguesa, os colonos começaram a favorecer a apropriação direta do trabalhador indígena através de expedições predatórias ao sertão. Realmente, a observância estrita da lei nunca figurou entre as práticas prediletas dos paulistas. [...] a lei de 1570 e legislação subsequente admitiam o cativoiro [...]

(John Manuel Monteiro, *Negros da terra: Índios e bandeirantes das origens de São Paulo*)

A legislação portuguesa admitia o cativoiro do indígena que

- (A) fosse capturado na chamada guerra justa.
- (B) não conhecesse a língua geral.
- (C) mantivesse a organização baseada em tribos.
- (D) ocupasse regiões fronteiriças com a América espanhola.
- (E) aceitasse integrar uma missão religiosa.

10. Um quilombo dirigido por homens livres. Um quilombo com escravidão. Um quilombo agrícola e cuja produção estava integrada ao mercado regional. Que quilombo era esse? Esta é a história – ou uma das histórias possíveis – do quilombo do Oitezeiro, na Bahia de 1806.

(João José Reis, *Escravos e coiteiros no quilombo do Oitezeiro – Bahia, 1806*. Em: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (org.), *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*)

A partir do excerto, acerca dos quilombos no Brasil, segundo o artigo de João José Reis, é correto afirmar que

- (A) a maior parte das experiências de escravizados fugidos dos seus senhores, e construindo espaços isolados de proteção, ocorreu durante o século XVII em razão da invasão holandesa e, por outro lado, até o fim do sistema escravista, foi rara a organização de quilombos, porque surgiram legislações repressivas.
- (B) há uma visão enganosa do quilombo como um espaço isolado no alto da serra e formado por milhares de escravos fugidos, porém, na maior parte das vezes, os fugidos eram poucos, se estabeleciam próximos a povoações, fazendas e, às vezes, nas imediações de centros urbanos, mantendo relações ora conflituosas, ora amistosas.
- (C) o formato quilombo, derivado de organizações de escravizados das colônias francesas da América Central, representou, na maior parte das vezes, a possibilidade de reproduzir os modelos igualitários presentes nas diversas regiões africanas, em especial, aquelas que forneceram pessoas a serem escravizadas.
- (D) as práticas quilombolas, na maioria dos casos, resultaram em um profundo isolamento do resto das atividades econômicas e sociais, gerando nas comunidades de escravizados fugidos uma produção especialmente de subsistência de alimentos e artesanato, além da recorrente necessidade de praticar roubos contra arraiais e vilas.
- (E) o modelo de quilombo com maior presença na América portuguesa e no Brasil Império foi o de Palmares, que reuniu essencialmente escravizados nascidos na África, com forte produção extrativista voltada para o abastecimento de núcleos urbanos e que contava com uma maioria de mulheres.

11. Analise a tabela.

EXPANSÃO DAS ESTRADAS DE FERRO NO BRASIL
(1854-1929)

Anos	Região Cafeeira (km)	Brasil (km)
1854	14,5	14,5
1859	77,9	109,4
1864	163,2	411,3
1869	450,4	713,1
1874	1.053,1	1.357,3
1879	2.395,9	2.895,7
1884	3.830,1	6.324,6
1889	5.590,3	9.076,1
1894	7.676,6	12.474,3
1899	8.173,9	13.980,6
1904	10.212,0	16.023,9
1906	11.281,3	17.340,4
1929	18.326,1	32.000,3

(Sérgio Silva, *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. Apud José Miguel Arias Neto, Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. Em: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (org.). *O Brasil Republicano v.1 - O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Adaptado)

A partir dos dados, é correto afirmar que

- (A) os recursos financeiros que permitiram o forte crescimento da produção cafeeira foram oriundos do lucro das companhias ferroviárias, empresas de capitais majoritariamente estadunidenses e com pequena participação estatal.
- (B) o alargamento ferroviário dependeu das políticas públicas presentes a partir da Primeira República, porque durante o Império, a Câmara dos Deputados travou o crescimento das linhas ferroviárias, prejudicando a produção cafeeira.
- (C) a presença do transporte ferroviário teve pequena importância para o desenvolvimento da agroexportação de café, que precisava de portos modernos e adequados para navios de grande porte, como se tornou o de Santos.
- (D) a extensão da malha ferroviária agilizou o transporte de café, ao mesmo tempo em que o alto custo desse meio de transporte fez diminuir o lucro dos cafeicultores, com a consequente queda nos novos investimentos.
- (E) a expansão ferroviária coincide, do ponto de vista cronológico, com a ampliação das exportações de café, o que comprova que a economia cafeeira dinamizou e simultaneamente foi dinamizada pela melhoria do sistema de transporte.

12. Em 3 de dezembro de 1870 foi publicado o jornal *A República*, que trazia estampado o “Manifesto republicano brasileiro”, o mesmo que daria base para a fundação de um novo partido em 17 de janeiro de 1872. Formado inicialmente por profissionais liberais ligados a setores urbanos, nomeadamente paulistas, o Partido Republicano organizou seu primeiro congresso em julho de 1873, quando foi reforçado por novos adeptos de fôlego: fazendeiros paulistas que, descontentes com o que consideravam ser uma política intervencionista do Estado, passaram a engrossar as fileiras da oposição à monarquia.

[...]

A cisão do Partido Liberal levou, então, à formação do Partido Republicano Paulista, em 18 de abril de 1873, que se reuniu na hoje famosa Convenção de Itu.

(Lília M. Schwarcz e Heloísa M. Starling, *Brasil, uma biografia*)

O novo partido

- (A) apoiava a fusão da Câmara dos Deputados e o Senado e a realização de um plebiscito para se decidir sobre a manutenção, ou não, da Monarquia.
- (B) considerava que as leis abolicionistas eram insuficientes para resolver o problema do escravismo e propunha uma radical reforma na legislação eleitoral.
- (C) defendia a imediata abolição do sistema escravista e a efetivação da república por meio do impedimento da coroação do herdeiro de dom Pedro II.
- (D) criticava, sobretudo, o centralismo do trono e da administração, e propunha uma reforma pacífica, através da implementação de uma república federativa.
- (E) censurava as iniciativas governamentais de incentivar a imigração para o país e via a necessidade de políticas afirmativas para os alforriados.

13. Ao analisar a Revolução de 1930, o historiador Boris Fausto considerou que

Um novo tipo de Estado nasceu após 1930, distinguindo-se do Estado oligárquico não apenas pela centralização e pelo maior grau de autonomia como também por outros elementos.

(Boris Fausto, *História do Brasil*. Adaptado)

Entre esses outros elementos constitutivos do Estado brasileiro, após 1930, é correto apontar que houve atuação relativa à questão

- (A) política, dirigida para o fortalecimento das casas legislativas em todas as instâncias e o gradativo enfraquecimento das prerrogativas do Poder Executivo, principalmente no nível federal.
- (B) educacional, promovendo a universalização da educação primária em todo território nacional, além da proibição de qualquer forma de ensino religioso na escola pública.
- (C) social, voltada a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os, posteriormente, a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal.
- (D) econômica, voltada progressivamente para o objetivo de priorizar a modernização da agricultura de exportação, especialmente do café do Sudeste e do algodão nordestino.
- (E) cultural, preocupada com a ampliação da liberdade de produção artística, ao mesmo tempo em que a expansão das transmissões radiofônicas foi deliberadamente entravada.

14. As eleições de 1945 despertaram um grande interesse na população. Depois de anos de ditadura, a Justiça Eleitoral ainda não ajustara o processo de recepção e contagem de votos. Pacientemente, os brasileiros formaram longas filas para votar. Nas últimas eleições diretas à presidência da República, em março de 1930, tinham votado 1,9 milhão de eleitores, representando 5,7% da população total; em dezembro de 1945 votaram 6,2 milhões, representando 13,4% da população.

Em uma época em que não existiam pesquisas eleitorais, a oposição foi surpreendida pela nítida vitória de Dutra. Tomando-se como base de cálculo os votos dados aos candidatos, com exclusão dos nulos e brancos, o general venceu com 55% dos votos contra 35% atribuídos ao brigadeiro [Eduardo Gomes].

(Boris Fausto, *História do Brasil*)

Para Boris Fausto, a vitória eleitoral de Dutra teve relação com a

- (A) força da máquina eleitoral montada pelo PSD a partir dos interventores estaduais e o prestígio de Getúlio Vargas entre os trabalhadores.
- (B) inabilidade do PTB, que defendeu durante a campanha eleitoral a extinção do salário mínimo, e ao forte apoio do empresariado paulista.
- (C) capacidade da UDN em mostrar os malefícios causados no país pelo Estado Novo e pela considerável adesão das classes médias urbanas.
- (D) expressiva participação das mulheres no processo eleitoral e na fragilidade dos programas de governo dos demais candidatos.
- (E) decisiva votação recebida em todos os estados do Norte-Nordeste e o importante apoio recebido do Partido Comunista do Brasil.

15. Considere o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) das seguintes regiões metropolitanas:

Região Metropolitana	IDHM 2000	IDHM 2010
Belém	0,621	0,729
Belo Horizonte	0,682	0,729
Curitiba	0,698	0,783
Fortaleza	0,622	0,732
Manaus	0,585	0,720
Rio de Janeiro	0,686	0,771
São Paulo	0,714	0,794

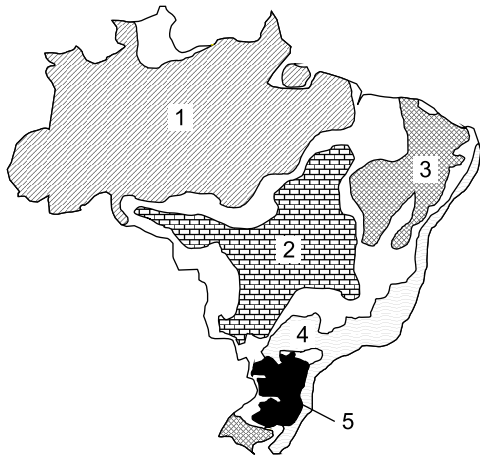
(https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=24037)

O aumento dos índices das regiões metropolitanas entre 2000 e 2010 deveu-se, principalmente,

- (A) ao aumento do PIB (Produto Interno Bruto) refletindo nas metrópoles.
 - (B) à melhoria dos fatores longevidade, educação e renda per capita.
 - (C) ao avanço das políticas demográficas nas áreas de maior adensamento de população.
 - (D) à redução das desigualdades sociais nas áreas urbanas.
 - (E) à expansão do pleno emprego e conseqüente aumento da renda per capita.
16. Nas últimas décadas tem-se observado um crescente processo de desconcentração industrial no Brasil. Dentre os argumentos utilizados para explicar o processo destaca-se
- (A) a existência de sólidas estruturas de formação de novas tecnologias.
 - (B) a presença de matérias-primas que garanta a diversificação de produtos.
 - (C) a busca por mão de obra abundante e, predominantemente, barata.
 - (D) a necessidade de reforçar a coesão entre os estados ou regiões.
 - (E) a decisão política do governo federal ou dos estados em favorecer a migração.

17. Considere o mapa e os textos para responder à questão.

Brasil: domínios morfoclimáticos



(Ab'Sáber, Aziz. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas.*)

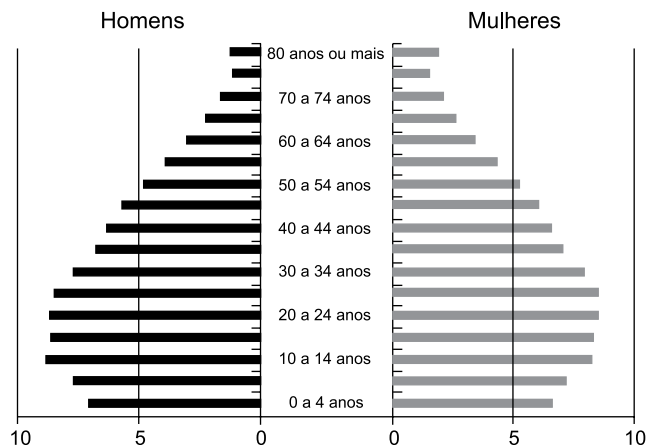
- I. Este domínio tem mostrado ser o meio físico, ecológico e paisagístico mais complexo e difícil em relação às ações antrópicas. É uma área sujeita aos mais fortes processos de erosão e de movimentos coletivos de solos em todo o território brasileiro. Área de mamelonização extensiva, afetando todos os níveis da topografia (de 10-20 m a 1100-1300 m) de altitude.
- II. Este domínio com aproximadamente 400 mil quilômetros quadrados é sujeito a climas subtropicais úmidos de planaltos com invernos relativamente brandos. O domínio comporta as paisagens menos “tropicais” do país. Ainda que a pedração dos solos não tenha sido muito grande na maior parte dos planaltos, é digno de nota que restem apenas 15% a 20% da biomassa original do domínio.

Os textos I e II referem-se, respectivamente, aos domínios indicados no mapa pelos números

- (A) 5 e 2.
- (B) 1 e 3.
- (C) 4 e 5.
- (D) 4 e 2.
- (E) 1 e 5.

18. Considere a pirâmide etária do Brasil para responder à questão.

Pirâmide etária (2010)



(Théry, H. e Mello-Théry, N.A. *Atlas do Brasil: Disparidades e dinâmicas do território.*)

A pirâmide etária de 2010 reflete

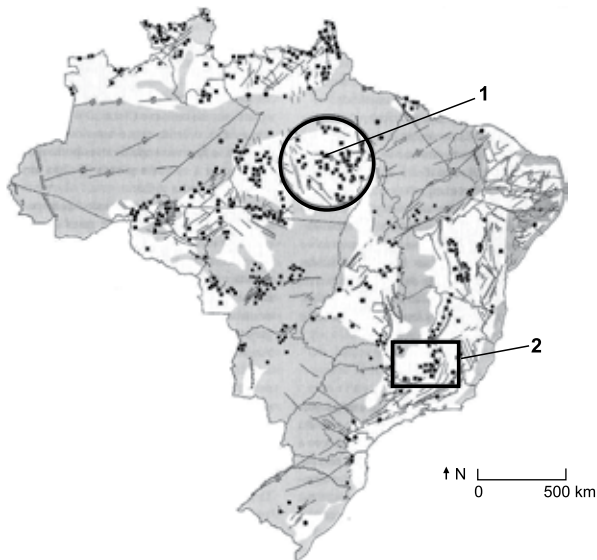
- (A) a superação do bônus demográfico do final do século XX.
- (B) a relativa homogeneidade demográfica obtida neste século XXI.
- (C) a reorganização socioeconômica da população brasileira.
- (D) a dinâmica demográfica em que predomina a redução do crescimento vegetativo.
- (E) os vários ciclos migratórios ocorridos ao longo do século XX.

19. A rápida expansão da agricultura tecnificada de grãos e fibras no cerrado brasileiro se deve a um conjunto de fatores, sendo um deles

- (A) o baixo valor das terras nos campos limpos e cerrados, ocupados anteriormente pela pecuária extensiva.
- (B) a alta qualidade dos solos agrícolas que apresentam forte concentração de argilas, calcários e nutrientes.
- (C) à possibilidade de ocupar os solos, elevar a produtividade e não provocar fortes impactos ambientais.
- (D) a antiga e densa rede urbana que garantiu a formação de empresas de agronegócios de importância nacional.
- (E) a presença de grupos de goianos e mato-grossenses com grandes somas de capitais para investir localmente.

20. Considere o mapa para responder à questão.

Brasil recursos minerais



(Théry, H. e Mello-Théry, N.A. *Atlas do Brasil: Disparidades e dinâmicas do território.*)

As áreas indicadas pelos números 1 e 2 correspondem, respectivamente,

- (A) à Serra do Navio e à Bacia Potiguar, ambas em áreas sedimentares.
- (B) à Província mineral de Carajás e ao Quadrilátero ferrífero, ambas em áreas de escudos cristalinos.
- (C) à Reserva Oriximiná e ao Quadrilátero ferrífero, ambas em áreas sedimentares.
- (D) à Província mineral de Carajás e à serra do Navio, ambas em áreas sedimentares.
- (E) à Bacia Tucano e à Reserva Mantiqueira, ambas em áreas de escudos cristalinos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. São bens públicos da União, entre outros:

- (A) os recursos minerais, exceto os do subsolo.
- (B) os potenciais de energia eólica.
- (C) as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares.
- (D) as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito.
- (E) as ilhas oceânicas e as costeiras, incluídas as que contenham a sede de Municípios.

22. É correto afirmar que o trecho da Constituição – “Art. 5º (...) XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.” – refere-se ao instituto

- (A) da desapropriação por interesse público.
- (B) da requisição administrativa.
- (C) da servidão administrativa.
- (D) do estado de necessidade administrativo.
- (E) do tombamento.

23. A Secretaria de Educação de determinado Município da Federação deseja assinar termo de colaboração com organizações da sociedade civil previamente credenciadas para execução de atividades voltadas à educação infantil de crianças entre 1 (um) e 6 (seis) anos de idade, no qual é prevista a realização de repasses financeiros.

A esse respeito, é correto afirmar, com base na legislação nacional, que

- (A) a seleção das organizações da sociedade civil parceiras deverá ser devidamente antecedida de licitação na modalidade concorrência ou diálogo competitivo.
- (B) por se tratar de instituições de caráter privado, as organizações da sociedade civil eventualmente contratadas não estão sujeitas à lei de improbidade administrativa.
- (C) por se tratar de instituições de caráter privado, as organizações da sociedade civil eventualmente contratadas não estão sujeitas ao controle exercido pelos tribunais de contas.
- (D) se trata de setor no qual é vedada pela lei a realização de parceria com o setor privado, ainda que sem finalidades lucrativas.
- (E) a Secretaria de Educação poderá dispensar a realização do chamamento público nesta hipótese por expressa determinação legal.

24. O acesso aos recursos ambientais, no que toca ao seu uso distributivo, deve ser focado não só com relação à localização espacial dos usuários atuais, como também em relação aos usuários potenciais das gerações vindouras. A utilização igualitária dos recursos ambientais exige considerações de ordem ética, científica e econômica das gerações atuais e uma avaliação prospectiva das necessidades futuras, nem sempre possíveis de serem conhecidas e mensuradas no presente.

Essa descrição faz alusão a um princípio fundamental do direito ambiental, chamado princípio

- (A) do direito à sadia qualidade de vida.
 (B) da precaução.
 (C) da participação popular.
 (D) do acesso equitativo aos recursos naturais.
 (E) do usuário-pagador e poluidor-pagador.
25. A União possui competência privativa para legislar sobre: águas, energia, jazidas, minas e outros recursos minerais, populações indígenas, atividades nucleares de qualquer natureza. Desfazendo a rigidez inerente à competência privativa, a Constituição Federal de 1988 prevê, após a enumeração das matérias incluídas na privatividade legislativa da federação, que

- (A) lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões gerais e específicas relacionadas na competência privativa.
 (B) lei ordinária poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões gerais e específicas relacionadas na competência privativa.
 (C) lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas relacionadas na competência privativa.
 (D) lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões gerais relacionadas na competência privativa.
 (E) lei ordinária poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões gerais relacionadas na competência privativa.

26. Acerca da Lei Geral de Proteção de Dados, é correto afirmar:

- (A) o direito de obtenção dos dados pessoais será exercido mediante requerimento expresso do titular, a agente de tratamento, não sendo autorizado o requerimento por meio de representantes.
 (B) a referida lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, podendo a operação de tratamento ser realizada no território nacional ou internacional.
 (C) uma das hipóteses de possibilidade de realização do tratamento de dados pessoais é para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.
 (D) a referida lei aplica-se ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.
 (E) a Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, apenas por pessoa natural, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

27. De acordo com o disposto no Manual de Direito Civil do professor Flávio Tartuce, é hipótese de contrato atípico

- (A) o estacionamento.
 (B) o mandato.
 (C) a agência.
 (D) a corretagem.
 (E) o depósito.

28. Raquel é proprietária de uma construção base. Endividada, decide ceder a superfície de sua construção para Márcia, para que ela mantenha unidade distinta daquela pertencente a Raquel.

Acerca da situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) o direito real de laje não contempla o espaço aéreo nem as demais áreas edificadas ou não pertencentes ao proprietário da construção-base.
 (B) Raquel responderá pelos encargos e tributos que incidirem sobre a sua construção-base e sobre a construção de Márcia, podendo requerer a devolução dos valores regressivamente.
 (C) Raquel poderá ceder apenas a superfície superior de sua construção para Márcia, sendo certo que a nova unidade imobiliária autônoma deverá ser averbada na matrícula do imóvel de Raquel.
 (D) Márcia poderá ceder para terceiro a superfície de sua construção para a instituição de um sucessivo direito real de laje desde que haja autorização expressa de Raquel, respeitadas as posturas edilícias e urbanísticas vigentes.
 (E) a instituição do direito real de laje implica a atribuição de fração ideal de terreno a Márcia.

- 29.** Em relação ao controle de constitucionalidade no Direito Constitucional brasileiro, é correto afirmar que
- (A) o controle de constitucionalidade exercido pelos tribunais constitucionais constitui uma forma de violação da vontade popular emanada por órgãos eleitos democraticamente.
 - (B) o trabalho das comissões parlamentares de constituição e justiça, e o exercício do veto presidencial, são exemplos de controle prévio de constitucionalidade.
 - (C) o controle prévio de constitucionalidade é aquele a cargo do Poder Judiciário, a partir de escrutínio técnico-jurídico da norma abstratamente questionada.
 - (D) o Brasil, ao seguir o modelo norte americano de controle de constitucionalidade, admite apenas o chamado controle difuso de constitucionalidade.
 - (E) o controle repressivo no Brasil é realizado exclusivamente pelo Poder Judiciário, na forma de Ações Diretas de Inconstitucionalidade e de Ações Diretas de Constitucionalidade.
- 30.** Em relação às medidas provisórias, é correto afirmar com base na legislação e jurisprudência nacionais que
- (A) não é possível a apresentação de emendas pelo Poder Legislativo a projeto de conversão em lei de medida provisória editada pelo Presidente da República.
 - (B) serão votadas em sessão conjunta do Congresso Nacional, sob pena de não conversão em lei.
 - (C) é possível a edição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória contendo texto idêntico ao de medida provisória que tenha sido rejeitada pelo Poder Legislativo.
 - (D) não é passível de veto o projeto de lei de conversão de medida provisória que tenha sofrido modificações no Poder Legislativo.
 - (E) no regime de urgência, ficarão sobrestadas, até que se ultime a votação da medida, as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.
- 31.** A respeito da proteção constitucional conferida aos povos indígenas no Brasil, é correto afirmar:
- (A) deve ser reconhecida a validade jurídica de títulos de propriedade rural referentes a terras indígenas de posse permanente.
 - (B) é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo em caso de interesse da União, devidamente referendado pelo Senado Federal.
 - (C) é permitida a atividade garimpeira em terras indígenas, desde que organizada em cooperativa e mediante autorização do Congresso Nacional.
 - (D) compete à justiça federal o julgamento de ação penal que em imputada a figura de genocídio contra indígenas, no contexto de disputa por terras.
 - (E) as terras indígenas podem ser alienadas por esses povos, assim como os direitos reais sobre elas.

- 32.** A cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte e observará
- (A) a igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros, residentes ou não no Brasil, em relação ao acesso à justiça e à tramitação dos processos, assegurando-se assistência judiciária aos necessitados.
 - (B) o respeito às garantias do devido processo legal nos Estados requerente e requerido, desde que previsto em Tratado Internacional.
 - (C) a existência de autoridade central para recepção e transmissão dos pedidos de cooperação, desde que fundamentados com parecer da Advocacia Geral da União.
 - (D) a transmissão de informações a autoridades estrangeiras, desde que mediante requerimento.
 - (E) a publicidade processual, inclusive nas hipóteses de sigilo previstas na legislação do Estado requerente.
- 33.** É exemplo de procedimento especial de jurisdição voluntária a
- (A) restauração de autos.
 - (B) regulação de avaria grossa.
 - (C) interdição.
 - (D) homologação de penhor legal.
 - (E) habilitação.
- 34.** Marcelo Papelaria – ME, situada na Avenida da Saudade, nº 100, propôs ação de demarcação em face de uma sociedade de economia mista, situada na Avenida da Saudade, nº 120, da qual a União é a principal acionista. A ação proposta tinha por objeto propor a fixação de novos limites, uma vez que o autor entende que a sociedade de economia mista está invadindo o seu terreno. A ação tem por valor da causa cinquenta salários-mínimos e, por tal razão, foi proposta perante Juizado Especial Cível Federal. Considerando a situação hipotética, a referida ação
- (A) poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal, uma vez que sociedades de economia mista podem ser réis nos Juizados Especiais Federais.
 - (B) não poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal, uma vez que a matéria objeto da ação está expressamente excluída da competência dos Juizados Especiais Federais.
 - (C) poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal. No entanto, a competência para julgar seria do Juizado Especial Estadual, uma vez que, por tratar-se de ação demarcatória, a análise não cabe à União, mas sim ao Município ou ao Distrito Federal.
 - (D) não poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal, uma vez que o valor da causa ultrapassa a alçada de quarenta salários-mínimos.
 - (E) não poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal, uma vez que microempresas não podem ser autoras nos Juizados Especiais Federais.

- 35.** Sobre a responsabilidade tributária no Brasil, é correto afirmar, com base na legislação e jurisprudência nacionais, que
- (A) a responsabilidade é pessoal quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar.
 - (B) a responsabilidade por infrações à legislação tributária será dosada conforme a efetividade, a natureza e a extensão dos efeitos do ato ilícito.
 - (C) a responsabilidade por infrações à legislação tributária será dosada conforme a reprovabilidade da intenção do agente ou do responsável.
 - (D) a pena de perdimento de bens importados irregularmente é considerada forma desproporcional e vexatória de constrangimento ao pagamento de tributos, e, portanto, inconstitucional.
 - (E) a responsabilidade tributária depende da licitude do ato praticado, não podendo haver cobrança de tributos sobre fato gerador decorrente de ato originalmente ilícito.
- 36.** Quanto ao uso do mandado de segurança em matéria tributária, é correto afirmar que uma das suas vantagens em relação a outras medidas de caráter judicial é
- (A) a inexistência de prazo decadencial para sua proposição contra ato coator.
 - (B) a possibilidade da sua proposição na modalidade preventiva, ao contrário das outras ações.
 - (C) a sua utilização para a discussão de direitos tributários difusos de todos os contribuintes.
 - (D) a ausência de condenação em ônus sucumbenciais.
 - (E) a possibilidade de ampla dilação probatória.

- 37.** Considere que João, no dia 01.11, desferiu chutes e socos contra José, na cidade de São Paulo, sendo o caso registrado na Delegacia de Polícia como lesão corporal leve. No dia 04.11, em razão das lesões causadas por João, José tem a perna amputada, na cidade do Rio de Janeiro, o que configura lesão corporal de natureza grave. Por fim, ainda em exclusiva decorrência das lesões causadas por João, José morre em Brasília, no dia 10.11. Nos termos dos artigos 4º e 6º do CP, é correto afirmar que o momento e o lugar do crime são respectivamente
- (A) 10.11 e São Paulo.
 - (B) 04.11 e São Paulo.
 - (C) 10.11 e Brasília.
 - (D) 01.11 e Rio de Janeiro.
 - (E) 01.11 e Brasília.
- 38.** Assinale a alternativa que exemplifica tentativa inculpa.
- (A) João, com intuito de matar, administra veneno a José, mas este sobrevive sofrendo apenas lesões estomacais.
 - (B) João, com intuito de matar, administra veneno a José, mas se arrepende, leva José até o hospital e este sobrevive, sofrendo apenas leve irritação estomacal.
 - (C) João, com intuito de matar, dispara todos os projéteis de arma de fogo contra José, mas nenhum deles acerta o corpo da vítima, sendo João detido ainda na cena do crime.
 - (D) João, com intuito de matar, dispara três projéteis de arma de fogo contra José, um deles atinge a vítima, mas João é impedido por terceiros de disparar o resto dos projéteis.
 - (E) João, com intuito de cegar José, desferiu golpes contra ambos os olhos, mas apenas um deles é atingido.
- 39.** Assinale a alternativa correta no que concerne aos crimes contra a honra.
- (A) Não constitui difamação punível a ofensa irrogada em juízo pela parte, na discussão da causa.
 - (B) Admite-se retratação na injúria.
 - (C) Não se admite a retratação na calúnia.
 - (D) Não se admite a exceção da verdade na difamação.
 - (E) Admite-se a exceção da verdade na injúria.

40. Nos termos do art. 12 do CPP, quando do oferecimento da queixa-crime, o inquérito policial
- (A) permanecerá em sede policial, a fim de que se procedam a novas pesquisas, se de outras provas houver notícia.
 - (B) apenas poderá embasar a queixa se houver sido produzido mediante contraditório.
 - (C) acompanhará a queixa, sempre que servir de base a ela.
 - (D) deverá ser arquivado, tendo em vista a dispensabilidade de tal peça administrativa.
 - (E) seguirá com a queixa, mas ficará acautelado em cartório, tendo em vista que não pode servir de base a condenação em sede judicial.
41. Dispõe o art. 155 do CPP que o juiz formará sua convicção pela livre apreciação
- (A) da prova, ficando a seu critério valorar os elementos colhidos em sede de investigação e em sede de instrução judicial, não havendo qualquer hierarquia entre eles.
 - (B) da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
 - (C) da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas, apenas, as provas cautelares previamente judicializadas.
 - (D) da prova, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas, apenas, as provas antecipadas.
 - (E) da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.
42. Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á
- (A) pela conexão.
 - (B) pelo lugar em que se consumar a infração.
 - (C) pelo domicílio do acusado.
 - (D) pelo domicílio da vítima.
 - (E) pela prevenção.

43. Assinale a alternativa que apresenta apenas crimes propriamente militares.
- (A) Homicídio de oficial e insubmissão.
 - (B) Insubmissão e lesão corporal de oficial.
 - (C) Deserção e omissão de oficial.
 - (D) Omissão de praça e deserção.
 - (E) Furto de uso e exercício de comércio por praça.
44. Nos termos do Código Penal Militar, consideram-se cabeças
- (A) quando o crime é cometido por praças e oficiais, somente os oficiais serão considerados os cabeças.
 - (B) quando o crime é cometido por inferiores e um ou mais oficiais; são estes considerados cabeças, assim como os inferiores que exercem função de oficial.
 - (C) todos os oficiais que integram o efetivo do quartel, na prática de crime de autoria coletiva necessária.
 - (D) quando o crime é cometido por inferiores e um ou mais sargentos; são estes considerados cabeças.
 - (E) os oficiais ou graduados que concorram direta ou indiretamente para o resultado, na prática de qualquer crime.
45. Nos termos do Código Penal Militar, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma pena acessória.
- (A) Suspensão do exercício do posto.
 - (B) Perda de bens e valores.
 - (C) Limitação de fim de semana.
 - (D) Perda de posto e patente.
 - (E) Limitação ao exercício da graduação.
46. Nos termos do Código Penal Militar, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma causa extintiva da punibilidade.
- (A) Ressarcimento do dano, no peculato culposo.
 - (B) Pelo perdão aceito.
 - (C) Perempção.
 - (D) Decadência.
 - (E) Renúncia do direito de queixa.

47. Nos termos do Código de Processo Penal Militar e no que concerne aos prazos do Inquérito Policial Militar, assinale a alternativa correta.
- (A) O inquérito deverá terminar dentro em cinco dias, se o indiciado estiver preso, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.
 - (B) O inquérito deverá terminar dentro em dez dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão.
 - (C) O inquérito deverá terminar dentro em sessenta dias, se o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.
 - (D) O inquérito deverá terminar dentro em quarenta e cinco dias, se o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.
 - (E) O inquérito deverá terminar dentro em vinte dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão.
48. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que, apresentada a denúncia e sendo esta recebida, o Ministério Público
- (A) poderá desistir da ação até o interrogatório do acusado.
 - (B) não poderá desistir da ação penal.
 - (C) poderá desistir da ação até a sentença condenatória.
 - (D) poderá desistir da ação até a citação do acusado.
 - (E) poderá desistir da ação a qualquer momento.
49. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que, dentro de cada Circunscrição Judiciária Militar, a competência será determinada
- (A) pela distribuição.
 - (B) pela residência ou domicílio do acusado.
 - (C) pela sede do lugar de serviço.
 - (D) pelo lugar da infração.
 - (E) pela prevenção.
50. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, a citação far-se-á por oficial de justiça
- (A) mediante requisição, quando o acusado estiver servindo ou residindo na sede do juízo em que se promove a ação penal.
 - (B) mediante mandado, quando o acusado estiver servindo ou residindo fora dessa sede, mas no País.
 - (C) mediante edital, quando o acusado estiver servindo ou residindo na sede do juízo em que se promove a ação penal.
 - (D) pelo correio, quando o acusado estiver servindo ou residindo fora dessa sede, mas no País.
 - (E) mediante precatória, quando o acusado estiver servindo ou residindo fora dessa sede, mas no País.

51. Considerando o Direito Internacional Penal e a evolução histórica dos crimes internacionais, assinale a alternativa correta.
- (A) O primeiro tribunal internacional criado para buscar a responsabilização individual por crimes em âmbito internacional foi o Tribunal para Crimes de Guerra estabelecido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.
 - (B) Crimes transnacionais, aqueles que ultrapassam fronteiras, são o objeto do Direito Internacional Penal e são crimes de competência do Tribunal Penal Internacional.
 - (C) Os crimes contra a humanidade foram conceituados pela primeira vez no Estatuto de Roma, inaugurando a justicialização dos direitos humanos.
 - (D) O julgamento do Tribunal de Nuremberg consolidou o entendimento de que indivíduos poderiam ser sujeitos de Direito Internacional, sendo importante marco no processo de justicialização dos direitos humanos.
 - (E) Direito Internacional Penal é o ramo do direito que disciplina a persecução criminal, lei aplicável e responsabilização tanto em relação a crimes cometidos no estrangeiro por brasileiros ou por estrangeiros no território nacional como também em relação a crimes iniciados no Brasil cujo resultado se produziu em outro país.
52. Acerca do Tribunal Penal Internacional (TPI), é correto afirmar que
- (A) não tem personalidade jurídica e só poderá exercer seus poderes e funções no território de Estado Parte.
 - (B) o exercício de sua jurisdição só pode ser acionado mediante denúncia de um Estado-parte ou do Conselho de Segurança.
 - (C) apresenta competência subsidiária, reiterando seu caráter complementar e a responsabilidade primária do Estado em julgar violações de direitos humanos.
 - (D) apresenta competência privativa para julgar os responsáveis por crimes de genocídio, admitindo, contudo, a possibilidade de delegar dita competência ao Estado em que o crime foi praticado.
 - (E) apresenta competência absoluta para investigar e julgar crimes contra a humanidade, não configurando obstáculo à admissibilidade de um caso pelo TPI, a existência de inquérito ou processo iniciado pelo Estado.

53. O Estatuto do Tribunal Penal Internacional foi aprovado em 17 de julho de 1998, na Conferência de Roma, por 120 votos favoráveis, 7 contrários (China, Estados Unidos, Filipinas, Índia, Israel, Sri Lanka e Turquia) e 21 abstenções. Em 1º de julho de 2002, o Estatuto de Roma entrou em vigor.

Tendo em vista o Estatuto de Roma, assinale a alternativa correta.

- (A) entende-se por “crime contra a humanidade”, o homicídio quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque.
- (B) O Conselho de Segurança, órgão das Nações Unidas, poderá solicitar ao Tribunal Penal Internacional o adiamento do inquérito, desde que o procedimento crime não tenha sido iniciado, hipótese em que este não poderá ter seu prosseguimento obstado.
- (C) Considerando a imprescritibilidade dos crimes internacionais, é viável a persecução criminal, pelo Tribunal Penal Internacional, de ato anterior a sua criação desde que observados os procedimentos dispostos no Estatuto de Roma.
- (D) O Direito Internacional Penal, ramo do Direito Internacional Público, cuida da responsabilização dos Estados pela prática de crimes internacionais, sendo julgados pelo Tribunal Penal Internacional, órgão permanente que carece de competência para processar e julgar pessoas físicas.
- (E) O Brasil ratificou o Estatuto de Roma com reservas, considerando a existência de cláusulas incompatíveis com a Constituição Federal, como a que prevê pena de prisão perpétua.

DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS

54. Com relação às Convenções de Genebra, é correto afirmar que

- (A) a Segunda Convenção trata da melhoria das condições dos feridos e dos enfermos das forças armadas em campanha.
- (B) a Terceira Convenção não foi promulgada pelo Brasil.
- (C) a Quarta Convenção de Genebra é relativa à proteção dos civis em tempo de guerra.
- (D) a Primeira Convenção trata da melhoria das condições dos feridos, enfermos e náufragos das forças armadas no mar.
- (E) o Brasil promulgou apenas duas Convenções de Genebra.

55. É considerado como Direito de Guerra propriamente dito o

- (A) Uso da força da Carta das Nações Unidas.
- (B) Direito de Haia.
- (C) Direito Humanitário de Guerra.
- (D) Direito Misto.
- (E) Direito de Genebra.

56. É correto afirmar que o Direito Humanitário propriamente dito é, na verdade, o

- (A) Direito de Haia.
- (B) Carta das Nações Unidas.
- (C) Direito Humanitário de Guerra.
- (D) Direito Misto.
- (E) Direito de Genebra.

57. Sobre as partes e os procuradores nos dissídios individuais, assinale a alternativa correta.
- (A) Nos dissídios coletivos, é obrigatória aos interessados a assistência por advogado.
- (B) O não comparecimento do reclamado importa revelia, e, ainda que presente o advogado, não serão aceitos a contestação e os documentos que sejam eventualmente apresentados.
- (C) O não comparecimento do reclamante à audiência quando presente seu advogado não importa o arquivamento da reclamação trabalhista.
- (D) O *jus postulandi* das partes, estabelecido em lei, limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
- (E) Os empregados e os empregadores poderão reclamar perante a Justiça do Trabalho, exclusivamente por intermédio de advogado constituído e acompanhar as suas reclamações até o final.
58. No processo do trabalho, cabe o recurso de agravo de instrumento
- (A) dos despachos que denegam a interposição de recursos.
- (B) dos indeferimentos de requerimentos no curso do processo.
- (C) das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais.
- (D) das decisões dos juízes, nas execuções.
- (E) das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízes.

59. Em relação ao cenário da legislação trabalhista após a reforma decorrente da Lei nº 13.467/17, um cidadão lhe apresenta algumas dúvidas. Assinale a alternativa cujo esclarecimento encontra sustentação na legislação atual.
- (A) O afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar, ou de outro encargo público, constituirá motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregado.
- (B) Plano de Demissão Voluntária ou Incentivada, para dispensa individual, plúrima ou coletiva, previsto em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, enseja quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes.
- (C) O período destinado à troca de roupa ou uniforme é considerado tempo à disposição do empregador, e será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, quando houver ou não obrigatoriedade de realizar a troca na empresa.
- (D) Acordo Coletivo de Trabalho é aquele de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.
- (E) O tempo despendido pelo empregado de sua residência até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.
60. Em relação ao sistema de seguridade social, é correto afirmar que a
- (A) descentralização, com direção única em cada esfera de governo e a participação da iniciativa privada na assistência à saúde, obedecidos os preceitos constitucionais, representam princípios da seguridade social.
- (B) previdência social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- (C) assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos, entre outros, proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- (D) seguridade social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação facultativa, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei o sistema único de saúde.
- (E) universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição, e a diversidade da base de financiamento representam princípios da previdência social.

